



Jornal do mosaico

número 04
agosto de 2011

Projeto de Gestão Integrada do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu
Convênio FUNATURA/IEF

**Presidente do
conselho
chama a
atenção para
licenciamento
ambiental**

3

**Inauguração de
agroindústria
movimenta
COOP Sertão
Veredas**

6



**Pousadas
familiares
recebem
pesquisadores
no PN Cavernas
do Peruaçu**

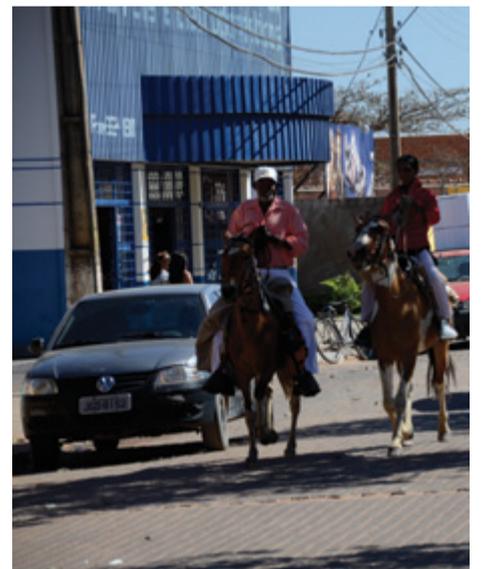
8

Projeto propõe oficialização da Estrada-Parque Guimarães Rosa

A estrada que margeia as unidades de conservação do Mosaico SVP precisa de um tratamento especial, com benefícios para comunidades locais e turistas. A fauna da região também deve ser protegida com travessias especiais que evitem atropelamentos. (Leia mais nas págs. 4/5)



Chapada Gaúcha



OX Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas que acontece, anualmente, no município de Chapada Gaúcha (MG) está incorporado ao calendário dos mais importantes eventos da região e reúne milhares de pessoas das comunidades locais e cidades vizinhas. O município possui população estimada de 11.368 habitantes (IBGE, 2009) e situa-se no norte do Estado de Minas Gerais, tendo limites com os municípios de Januária, São Francisco e Arinos (MG) e Cocos (BA). Antiga Vila dos Gaúchos, este município é o mais novo da região: o povoamento do local foi iniciado em 1976, com os primeiros moradores vindos do Rio Grande do Sul para o Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (Padsa), que integrava os municípios de Formoso, Arinos, Januária e São Francisco. Recebe recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Ecológico provenientes do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e do Parque Estadual Serra das Araras.

Editorial

A estratégia de trabalhar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio de mosaicos de áreas protegidas está ganhando força em âmbito nacional e no Estado de Minas Gerais, tanto na esfera governamental quanto na sociedade civil organizada.

Representantes de vários mosaicos reconhecidos oficialmente ou em vias de reconhecimento criaram, neste ano, a Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas que busca conectar atores (pessoas e instituições) interessados no fortalecimento dos mosaicos de áreas protegidas, no Brasil. Os princípios organizacionais da rede são baseados na ação voluntária, sem hierarquia e burocracia, com circulação constante de informação e livre intercomunicação. O site www.redemosaicos.com.br foi lançado em julho de 2011 e traz importantes informações, além de servir como um espaço democrático para debates sobre o tema.

O poder público, por sua vez, tem apoiado não só o reconhecimento de novos mosaicos, como destinado recursos para a implementação de ações que visam fortalecer os mosaicos existentes. Está claro que a estratégia de trabalhar a gestão de áreas protegidas em um determinado território de forma integrada – não só entre os gestores das áreas, mas, também, com o envolvimento das

populações que habitam aquele território – proporciona ganhos para a conservação da natureza e para as comunidades locais.

Nesse sentido, o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu está se fortalecendo e as ações até agora desenvolvidas transformam-se em exemplos para outros mosaicos brasileiros. Em pouco tempo, conseguimos o reconhecimento oficial do Mosaico, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), a capacitação dos gestores das UCs e dos conselheiros do Mosaico, a implantação do **Jornal do Mosaico**, além da alocação de recursos para o desenvolvimento de ações planejadas. O Conselho do Mosaico está se tornando um importante fórum de discussões do território do norte e noroeste de Minas Gerais.

Nessa edição do **Jornal do Mosaico**, temos interessantes matérias sobre a Estrada-Parque Guimarães Rosa, o turismo sustentável, além de entrevistas com lideranças comunitárias e prefeitos municipais da região. Boa leitura!

Cesar Victor do Espírito Santo
Superintendente-executivo da Funatura
Secretário-executivo do Conselho Consultivo do Mosaico SVP

Professor analisa função do Jornal do Mosaico

O professor Cássio Alexandre da Silva, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que a representa no Conselho Consultivo do Mosaico SVP, analisou a divulgação realizada pelo **Jornal do Mosaico**. Para ele, esse trabalho tende a se expandir, mesmo com as dificuldades de comunicação nos municípios que fazem parte desse projeto. “É sempre importante lembrar que a Unimontes é parceira do Mosaico e que o próprio jornal é o elemento primário das nossas discussões, das nossas propostas e, em longo prazo, porém, essa discussão está inserida em uma parceria do Mosaico com os órgãos federais. Sabemos que o poder da comunicação desses órgãos é de grande dimensão, mas deve estar associado ao pensamento do jornal, para dar continuidade às nossas discussões. Os dados do **Jornal do Mosaico** são dados primários das discussões entre os conselheiros.”



“Na Unimontes existe uma fomentação do debate sobre o Mosaico SVP, por meio do próprio jornal, distribuído entre esses departamentos e a biblioteca. É a maneira que temos para divulgar, porque cada departamento ainda trabalha de forma independente, mas está sendo criada uma maneira de vincular os conhecimentos interdisciplinares. O Departamento de Biologia, por exemplo, está iniciando um trabalho no Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pandeiros, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG). As pesquisas são importantes para o resultado que se pretende com o Mosaico SVP, envolvendo as comunidades tradicionais, realizando o mapeamento territorial e valorizando as questões culturais.”

Veredas

Água que borbulha e encanta no Poço Azul



Foto: Arquivo Prefeitura Municipal Bonito de Minas.

O Poço Azul, no município de Bonito de Minas, é um local que impressiona os visitantes. Contam, na cidade, que o poço era encantado. Quando alguém chegava perto e batia os pés no chão ou começava a conversar, a água borbulhava. Quando a notícia se espalhou, muitos moradores do município foram lá conferir. Os moradores falam com entusiasmo e espanto, e um deles conta o que viu quando foi conhecer o poço: “O lugar é muito bonito e preservado, existem muitas árvores bastante antigas, mas é um local de difícil acesso. Se a gente conversasse a água ficava borbulhando e se batesse o pé no chão, borbulhava do mesmo jeito. É uma coisa impressionante, a água bem limpinha. Quanto mais a gente conversava, mais rápido borbulhava.” A terra onde está o Poço Azul mudou de dono, foi cercada e está sendo preservada e, dizem os moradores locais, pessoas de fora estão pesquisando a água, mas os resultados ainda não são conhecidos, na região.

Empreendedores precisam conhecer e seguir a legislação ambiental



A 5ª. Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico SVP aconteceu na Câmara Municipal de Chapada Gaúcha, cidade vizinha à entrada do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PN GSV). A pauta de discussões do conselho incluiu a apresentação, pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), do Projeto de Viabilização da Estrada-Parque Guimarães Rosa que propõe o reconhecimento oficial dessa estrada, com apoio Projeto Florelos/Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Também foram analisadas a repercussão - entre os produtores agrícolas e extrativistas - das medidas tomadas pelo Ministério Público (MP) de Minas Gerais sobre a suspensão dos licenciamentos para o plantio de eucalipto na região do Mosaico SVP. A organização não governamental WWF Brasil apresentou o *Programa Cerrado/Pantanal – Atuação no Mosaico SVP*, e foram divulgadas informações sobre os projetos de extrativismo e de turismo ecocultural a serem executados pela Cooperativa Sertão Veredas e Instituto Rosa e Sertão, respectivamente, e financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) e Fundo Socioambiental da CAIXA.

A presidente do conselho, bióloga Helen Duarte - gerente das áreas de Proteção Ambiental do Rio Pandeiros, e Cochá e Gibão - lembrou que a constituição do conselho está completando um ano e “deu alguns frutos como o convênio firmado com o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) que possibilitou a própria estruturação do conselho e a criação do **Jornal do Mosaico**”. Para Helen, o resultado positivo é esse movimento e agrupamento de pessoas debatendo as questões da região, como o retorno da monocultura, não só de eucalipto, mas monoculturas em geral.

“Em consequência do encontro, após analisar os prós e os contras, o MP decidiu emitir uma recomendação ao IEF-MG e aos conselhos consultivos das unidades de conservação (UCs) para que não seja feito nenhum licenciamento acima de 100 hectares (ha), até que cada UC tenha seu plano de manejo ou o zoneamento ecológico-econômico (ZEE)”, explicou Helen Duarte. Segundo ela, havia muitas solicitações de licenciamentos para plantio de eucalipto, principalmente nas áreas de Cochá e Gibão, áreas com uma altitude que os técnicos consideram propícia à cultura do eucalipto.

“Como essas áreas são de uso sustentável e ainda não possuem plano de manejo, estava muito difícil licenciar o plantio de eucalipto. Não tínhamos emba-”

mento técnico para negar ou dar anuência. Recebi solicitação de licenciamento de 4.791 ha de eucalipto, mas licenciar quase 5.000 ha, em um ano, é uma escala muito grande. Os produtores reagiram negativamente, mas não recebi nenhuma manifestação formal. O processo de licenciamento é feito a partir da anuência que assino e encaminho o documento ao setor que prosegue com o processo. Não tenho contato direto com o empreendedor e, até o momento, não recebi informação sobre mandados de segurança contra a decisão do MP.”

O licenciamento ambiental é necessário para todos os empreendimentos, inclusive no setor de turismo que é um dos principais temas da pauta de deliberações do Conselho Consultivo do Mosaico SVP. A presidente do conselho descreveu exemplo de áreas exploradas para o turismo local e regional: “Onde ainda não é parque, o turismo não está estruturado ou organizado, mesmo para o turismo local, as pessoas da região vão aos balneários para nadar nos rios, se divertir. Esses balneários não têm infraestrutura e a que existe é deficiente. Os balneários estão em APPs, não são licenciados, o esgotamento sanitário é feito irregularmente. As pessoas constroem quiosques, banheiros à beira dos rios, sem licença. Temos problemas sérios de acesso a esses rios. Os espaços são desorganizados e sem infraestrutura para receber turistas. Nos parques é onde o poder público pode intervir. Os proprietários de terras criam balneários e áreas de lazer particulares - são vários - e caberia a cada município fomentar a melhoria dessas instalações, buscar parcerias e articulação, inclusive, com o IEF-MG. É preciso seguir as normas de proteção ambiental, antes de ampliar os empreendimentos turísticos na região, que todas as comunidades esperam há anos.”

Nessas áreas de uso sustentável é possível instalar projetos legalmente. Qualquer empreendimento precisa ser licenciado: construção de uma área de lazer, matadouro, agropecuária, turismo, indústria e fábrica, entre outros. “O licenciamento é facilitado porque em uma área de uso sustentável, o objetivo é existir o uso pela população e a proteção ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável que buscamos com a gestão dessas áreas. A prioridade do nosso trabalho é a agricultura de subsistência porque os moradores das APAs são posseiros em grandes propriedades”.

Diretor presidente da Funatura participa de reunião do Conselho Consultivo do Mosaico SVP



O diretor presidente da Funatura, Henrique Brandão Cavalcanti, participou da reunião do Conselho Consultivo do Mosaico SVP e dos debates realizados durante o X Encontro dos Povos do Sertão, em Chapada Gaúcha. “Considero extraordinária a oportunidade de ter contato direto com os membros das comunidades do Mosaico SVP e esta é uma experiência que precisa ser replicada neste Estado e em outras regiões do Brasil”, afirmou Cavalcanti, um dos mais importantes nomes do país no que se refere às questões ambientais. Ao longo de sua carreira profissional tem participado de importantes fóruns mundiais e dirigido instituições, e foi Ministro do Meio Ambiente, durante o governo do então Presidente da República, Itamar Franco.

Ministério Público de Minas Gerais mantém licenciamentos suspensos para o eucalipto

A recomendação feita ao Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais sobre o plantio de eucalipto no Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Rio Pandeiros, na Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros (município de Januária), e na Área de Proteção Ambiental Estadual Cochá e Gibão (municípios de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas) continua sendo atendida pelos conselheiros consultivos dessas unidades de conservação (UCs). A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, principalmente na Lei no. 9.605, de 12/02/1998, e seus decretos regulamentadores.

O Ministério Público recomendou que fossem suspensas as anuências, autorizações e licenciamentos de empreendimentos ou atividades de uso alternativo do solo em áreas de Cerrado superiores a 100 hectares (ha), localizadas nos limites das UCs, ou seu entorno, conforme o caso, enquanto não for aprovado o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) específico de cada uma dessas UCs, seus respectivos planos de manejo, sob pena de instauração de inquérito para apuração e responsabilização civil, penal e administrativa de todos os envolvidos. A Resolução Conama no. 10/1988 exige a elaboração do ZEE das áreas de proteção ambiental (APAs), que estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais da biodiversidade, agropecuária, extrativistas, culturais e urbanas, entre outras.

Os requerimentos de anuência prévia também devem estar de acordo com a legislação, assim como nas autorizações para intervenção ambiental (AIAs), autorizações ambientais de funcionamento (AAFs) ou licenciamento ambiental de empreendimentos em áreas com ocorrência de floresta estacional decidual (mata seca) e seus ecossistemas associados, inclusive quanto ao regime aplicável à pequena propriedade ou posse rural familiar. A Promotora de Justiça da Comarca de Januária, Ana Eloisa Marcundes da Silveira, e o Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco – Sub-bacia do Rio Verde Grande, Paulo César Vicente de Lima, assinaram a recomendação, em Montes Claros.

Segundo a legislação atual, são vedadas quaisquer intervenções nas áreas de veredas, salvo em caso de utilidade pública, de desdemonstração de animais ou de uso doméstico. A mata seca é protegida pela Lei no. 11.428/2006, que também considera integrantes do Bioma Mata Atlântica as formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As áreas de proteção ambiental (APAs) são áreas em geral extensas, constituídas por terras públicas ou privadas, com certo grau de ocupação humana, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. O plano de manejo dessas áreas é uma exigência do Decreto no. 4.340, de 22/08/2002, que regulamenta a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuac), elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário, quando for o caso, e aprovado em portaria do órgão executor, no caso de estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, refúgio de vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna e reserva particular do patrimônio natural.

Onde saber mais
www.ibama.gov.br/licenciamento
www.mma.gov.br/conama
www.direitoambiental.adv.br/ambiental

Prefeitos confiam na geração de empregos com abertura dos parques nacionais

Expectativa é geral quando o assunto é a abertura dos parques nacionais do Mosaico SVP. As comunidades locais esperam pela geração de empregos e oportunidade de melhorar suas condições de vida. Os prefeitos pedem mais recursos para obras de infraestrutura e muitos empresários aguardam “medidas concretas” antes de decidirem fazer seus investimentos no segmento turístico. Entre os empresários, alguns dizem que se adiantaram e estão tendo prejuízos. Para o prefeito Municipal de Itacarambi, Rudimar Barbosa, “a expectativa é muito grande, vemos que haverá uma melhoria acentuada para os municípios que compõem a nossa região, esta é uma forma de alavancar o turismo no nosso município e aproveitar melhor esses parques”. Ele disse que “vai precisar de infraestrutura e criar condições de acessibilidade principalmente no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, mas com esse novo incentivo vamos poder aperfeiçoar as condições existentes para os visitantes, precisamos usufruir dessa riqueza que temos aqui e não é aproveitada”.



“É fácil chegar lá, tem que haver comodidade para os que vêm conhecer, porque se não temos, pelo menos, locais onde se hospedem, onde bebam água ou façam um lanche, dificultamos a vida desses turistas, mas aqui em Itacarambi estamos nos preparando para isso com hotéis, pousadas, e outros investimentos”, acrescentou o prefeito. O secretário Municipal do Turismo, Cultura e Lazer, Paulo Roberto Ferreira de Souza, afirmou que, com o Projeto Mosaico foram agregados importantes parceiros no desenvolvimento do turismo e da conservação ambiental. “Temos o privilégio de ter o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, o

Parque Estadual Veredas do Peruaçu, e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Peruaçu, em território do município de Itacarambi, e potencial para todos os tipos de turismo, como o ecoturismo, turismo cultural e religioso, e nosso forte é o turismo ecológico e o de pesca”.

O principal atrativo natural do município é o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (a cidade está a 13 km do portão de entrada do parque) e outro atrativo é rio São Francisco. O secretário apontou uma causa comum a todos os municípios que pretendem desenvolver o turismo local: falta de recursos humanos e financeiros, e explicou que o Ministério do Turismo assume alguns custos por meio de convênios, principalmente para infraestrutura, setor onde aplicou R\$ 1 milhão em manilhamento de ruas para canalização da água pluvial. A pista de supercross foi construída em uma área degradada e recebeu a 10ª Etapa de Supercross, promovida pela administração municipal.

Grande Sertão Veredas - O prefeito de Chapada Gaúcha, José Raimundo Ribeiro Gomes, participou da reunião do Conselho Consultivo do Mosaico SVP, realizado na sede da Câmara dos Vereadores e, entre outros temas, falou sobre a abertura do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PN GSV): “Estamos trabalhando em várias frentes, não apenas na atração de turistas para nossa região, e um dos principais problemas que precisamos resolver é melhorar as estradas usadas pelas comunidades locais e também pelos visitantes”.

As características ambientais da região desse parque e os municípios do seu entorno são bem diversas do que existe no entorno do PN Cavernas do Peruaçu, principalmente a condição dos acessos aos parques. Segundo o prefeito, Chapada Gaúcha tem muito a oferecer aos turistas, que poderão associar os passeios para ver as belezas do parque com o conhecimento das manifestações culturais do município que cada vez são mais valorizadas e reconhecidas, principalmente no Encontro dos Povos, que acontece anualmente.

As características ambientais da região desse parque e os municípios do seu entorno são bem diversas do que existe no entorno do PN Cavernas do Peruaçu, principalmente a condição dos acessos aos parques. Segundo o prefeito, Chapada Gaúcha tem muito a oferecer aos turistas, que poderão associar os passeios para ver as belezas do parque com o conhecimento das manifestações culturais do município que cada vez são mais valorizadas e reconhecidas, principalmente no Encontro dos Povos, que acontece anualmente.



Empresária de Chapada Gaúcha diz que investiu e espera há 13 anos a abertura do PN Grande Sertão Veredas

Os debates sobre o turismo sustentável que ocorreram durante o X Encontro dos Povos do Sertão, em Chapada Gaúcha, motivaram críticas sobre o processo de abertura do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PN GSV) à visitação pública. Angela Maier administra, com o marido, o Hotel Veredas e falou sobre os investimentos feitos e o retorno que não chegou como se esperava: “Primeiro foi criada uma expectativa de que nosso público-alvo é formado pelos turistas que viriam para a cidade por causa do parque, mas esses turistas não chegaram. Há uma frustração que dura 13 anos. Não interessa se estamos em situação pior ou melhor, a questão é a expectativa criada. Tínhamos outros planos para melhorar o nosso atendimento como a criação de uma agência de turismo para atender um número maior de visitantes”.

“Gostaria que as autoridades responsáveis se sensibilizassem com nossos problemas, o parque foi ampliado e não estamos sendo beneficiados diretamente” afirmou a empresária. “O ganho do meio ambiente é muito bom, mas o ser humano também precisa ser incluído e valorizado nesses projetos de preservação”. Apesar de reclamar da demora, ela informou que nunca fez nenhuma reclamação direta ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que é o gestor do parque: “Se eu tivesse procurado o prefeito de Chapada Gaúcha (o Mundinho) oficialmente, com certeza ele teria levado essa questão à frente e acredito que tenha feito isso. Estamos reativando a associação comercial e vamos fazer nossa parte, tratar da abertura do parque”.

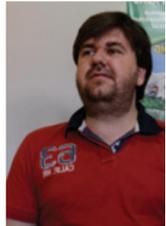
“O parque é conhecido pela obra de João Guimarães Rosa, de renome internacional, e mesmo sem a abertura recebemos alguns visitantes da Holanda, Portugal e França. Imagine com o parque aberto para turistas e com divulgação na internet e outros meios de comunicação! A abertura do parque viabilizaria a geração de empregos e de renda - serão necessários guias, por exemplo.

“Queremos fazer uma coisa mais à altura de quem visita nosso município, mas ainda não temos boa estrutura para atender turistas. O município é carente, ainda necessita de melhorias, falta um bom hotel, boa lanchonete e churrascaria, mas aos pouquinhos isso melhora.” Ele lembrou que “o parque ainda não tem muita visitação, mas o asfalto vai melhorar muito nossas condições, em geral (a estrada que liga Chapada Gaúcha a Arinos foi asfaltada recentemente)”.

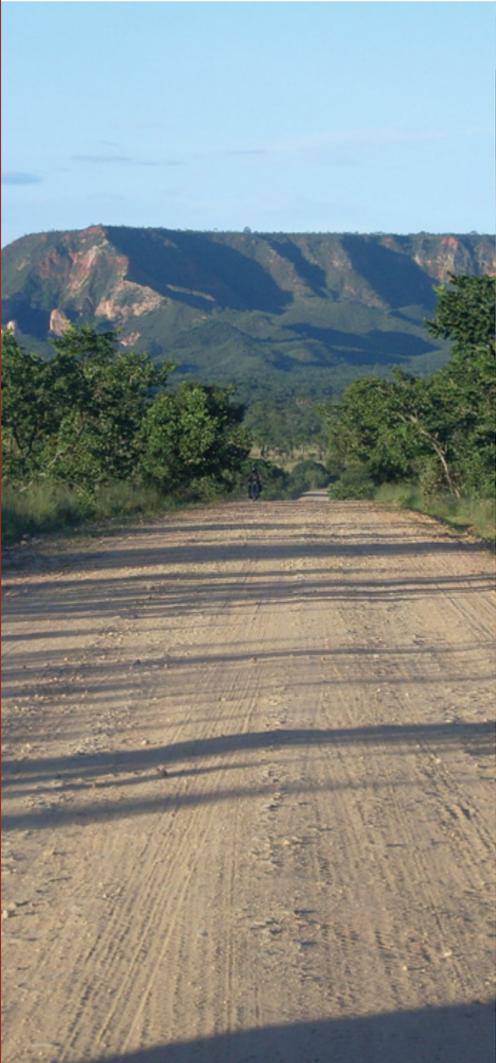
Muitas pessoas deixam o município à procura de melhores condições de vida. Com esse movimento na cidade, nossos filhos que saem para estudar fora, voltarão para trabalhar aqui na região e haverá outros ganhos para o município.”

Angela Maier considerou o relacionamento com o pessoal do ICMbio muito bom, mas nunca houve uma manifestação ou um pedido oficial. Segundo ela, nada foi feito nesse sentido, por nenhum morador da cidade, mas eles (o ICMbio) devem ver essa necessidade. “Quanto empregos geram, atualmente, lá? Se fosse aberto à visitação quantos empregos geraria? Vamos fazer isso por meios oficiais, para ver se a coisa anda, se sai desse mito. Até agora é uma lenda, na qual a gente acreditou. O processo para abertura está bem avançado, foi feito o plano de manejo, mas a abertura não acontece.” A empresária não conversou com a Cooperativa Regional de Produtores Agrossilvicultoristas Sertão Veredas (Coop. Sertão Veredas), mas disse acreditar na união, porque “os produtos da cooperativa são extraídos no nosso Cerrado, utilizamos polpas de frutas para sucos e vendemos os produtos da cooperativa no hotel, existe parceria ainda que não conversada, oficialmente ou formalmente.”

Falta estrutura para atender turistas - Ricardo Luiz Baron é o responsável administrativo pelo empreendimento da família, o Hotel e Restaurante Recanto de Minas, em Chapada Gaúcha. Ele é filho dos proprietários do hotel, comprado em 2010, e não participou dos debates sobre a abertura do PN GSV e o turismo sustentável. Baron disse que o turismo é uma atividade muito próspera e a família pretende construir outro hotel: “Queremos fazer uma coisa mais à altura de quem visita nosso município, mas ainda não temos boa estrutura para atender turistas. O município é carente, ainda necessita de melhorias, falta um bom hotel, boa lanchonete e churrascaria, mas aos pouquinhos isso melhora.” Ele lembrou que “o parque ainda não tem muita visitação, mas o asfalto vai melhorar muito nossas condições, em geral (a estrada que liga Chapada Gaúcha a Arinos foi asfaltada recentemente)”.



Estrada-Parque Guimarães Rosa poderá ser oficializada pelo poder público de Minas Gerais



O Projeto de Viabilização da Estrada-Parque Guimarães Rosa, apresentado durante a última reunião do Conselho Consultivo do Mosaico SVP, realizada em Chapada Gaúcha, propõe o reconhecimento oficial da estrada, que está prevista no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico SVP (DTBC). A iniciativa é da Funatura, com apoio do ISPN/Florelos, que encaminhará o projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais após análise e aprovação pelos municípios e pelo Conselho Consultivo. As obras propostas facilitarão o deslocamento de turistas, moradores da região e mercadorias no território do Mosaico, que possui uma área total de mais que 1.500.000 hectares. A estrada-parque liga os parques nacionais Grande Sertão Veredas e Cavernas do Peruaçu.

O projeto enfatiza a criação de um modelo próprio de gestão e manutenção da estrada-parque, com patrulhas mecanizadas distribuídas por trechos e absorção da mão de obra local com a geração de postos de trabalho para a população. Durante a primeira etapa será elaborado o diagnóstico socioeconômico e ambiental da área de influência da estrada-parque, para seu reconhecimento oficial; na segunda, serão realizadas reuniões com as prefeituras e câmaras de vereadores, nos municípios atendidos pela estrada; e na terceira etapa haverá a apresentação e discussão do anteprojeto de lei com os poderes Executivo e Legislativo do Estado de Minas.

Durante as reuniões nos municípios será apresentada a proposta e colhidas sugestões para a elaboração do anteprojeto de lei que levará ao seu reconhecimento oficial. “É muito importante que as lideranças locais e regionais entendam a importância da estrada-parque para a região. Os grandes beneficiados com esse reconhecimento serão as populações que vivem no território do Mosaico, além de turistas que visitarão a região e os produtores agropecuários e extrativistas dos municípios atravessados pela estrada”, afirmou a geógrafa e consultora da Funatura, Mara Moscovo.

Existem várias estradas que cortam a região do Mosaico SVP, e a maioria não é pavimentada. Uma delas é a estrada-parque que margeia, praticamente, toda a extensão do Mosaico e foi batizada como Estrada-Parque Guimarães Rosa. Liga as cidades de Formoso e Manga, em Minas Gerais, com uma extensão de cerca de 400 km. Uma estrada-parque apresenta características específicas e integra os esforços das instâncias governamentais e das populações que vivem na sua área de influência para a conservação ambiental e valorização do patrimônio do seu entorno. Algumas dessas estradas possuem valor como patrimônio histórico e cultural, além dos atrativos naturais que podem ser valorizados com infraestrutura e equipamentos de lazer e educativos.

Todas as melhorias beneficiarão as comunidades, para que tenham oportunidade de oferecer atrativos aos turistas, que poderão ampliar a estadia ao longo da estrada, além de valorizar os aspectos naturais e culturais da região do Mosaico SVP, contribuindo para que os atrativos turísticos possam trazer benefícios, também, às comunidades locais, com o transporte coletivo adequado, que facilitará o acesso, deslocamento, circulação de mercadorias e integração das unidades de conservação (UCs) do Mosaico, além da comunicação e integração de inúmeras cidades, comunidades rurais e tradicionais. Uma vez implementada, gravará o destino Sertão, o Mosaico e o Estado de Minas Gerais com selo de qualidade que poucos destinos turísticos possuem, não apenas no Brasil, mas no mundo.

Segundo a Funatura, o estudo preliminar destacou a necessidade de melhoria das condições de tráfego para veículos de passeio, transporte de passageiros e de carga. A preservação e/ou construção de passagens de animais silvestres é uma necessidade urgente, porque muitos animais são atropelados por veículos que trafegam, atualmente, nesse percurso. Os pontos de parada e mirantes para observação de paisagens e outros fenômenos naturais relevantes, com estacionamento, estão previstos no projeto: definição de limite de velocidade, instalação de sistema de comunicação para socorro, sistema de sinalização e informação turística, construção de paradas de transporte coletivo dissimuladas na paisagem e com estética própria do Sertão, adequação para pessoas portadoras de necessidades especiais, fiscalização e adequação aos planos de manejo das UCs do Mosaico, e sistemas de preservação dos cursos d’ água, com amortecimento de fluxos de enxurradas.

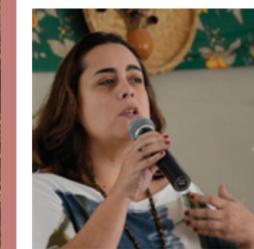


O Parque Nacional Grande Sertão Veredas é o maior parque nacional do bioma Cerrado, e é única unidade de conservação que possui parcelas representativas da fitofisionomia de cerrado, tipo de vegetação com elementos da flora e da fauna presentes no Cerrado e na Caatinga. É considerado um *hotspot* mundial (área prioritária para conservação, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau). Ainda está extremamente ameaçado pelo fogo e merece uma atenção especial para implementação de ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Foi criado em 1989, por meio do Decreto 97.658, com uma área total inicial de 83.364 hectares (ha), e ampliado em 2004 para 230.671 ha, no noroeste de Minas Gerais e oeste da Bahia. A área do parque divide-se entre os municípios de Cocos, na Bahia, e Formoso, Chapada Gaúcha e Arinos, em Minas Gerais.



O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi criado em 1999, nos municípios de Itacarambi, Januária e São João das Missões, por meio do Decreto de 21/09/1999, no norte do Estado de Minas Gerais. Com 56.500 hectares (ha), se estende ao longo de 98 km do rio Peruaçu, afluente do São Francisco. O parque está localizado no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu, possuiu mais de 140 cavernas e 80 sítios arqueológicos catalogados, além de amostras representativas de Cerrado e inúmeras outras formas de vegetação natural. Em sua rica fauna, encontram-se mais de 250 espécies, entre elas a maritaca, a seriema, a maria-preta, o arapaçu e o beija-flor-de-asa-de-sabre. Veado-mateiro, jaguatirica, mocó, mico-estrela, tatu, capivara, lobo-guará e lagarto teiú são outros representantes da fauna local. O acesso ao parque está a cerca de 45 km de Januária, por estrada em boa condição de tráfego.

Especialista apresenta estudo sobre turismo de base comunitária



Um dos temas dos painéis de debates realizados durante o Encontro dos Povos do Sertão foi apresentado pela especialista em turismo e meio ambiente, Daniela Soares Nascimento. O estudo *Subsídios para Planejamento e Gestão de Projetos de Turismo de Base Comunitária* reúne experiências do turismo de base comunitária (TBC) que, na prática, têm demonstrado ser a alternativa mais versátil para estimular estratégias de desenvolvimento sustentável, conciliando a conservação da natureza com inclusão social especialmente das comunidades tradicionais. Os grupos comunitários atuam como protagonistas do processo de planejamento, gestão e operação da atividade, e são beneficiários diretos dos resultados decorrentes da visitação turística.

Segundo a autora do estudo, “o TBC vem apresentando um crescimento contínuo no mundo e o Brasil apresenta-se como potencial destino de grande competitividade internacional, crescem as ações pró-ativas do setor turístico, em especial das comunidades que vivem no entorno das UCs em parceria com organizações não governamentais (ONGs) e o mercado (agências de turismo e meios de hospedagem), na operacionalização do ecoturismo e de outros segmentos associados, como turismo de aventura, cultural, rural e solidário, entre outros”. Os aspectos positivos da avaliação do processo de planejamento participativo incluem os grupos representativos e motivados, o sen-

timento de pertencimento e envolvimento emocional com as causas socioambientais, e entendimento do papel das UCs para a proteção ambiental e a restrição ao desenvolvimento de atividades que causem danos ao meio ambiente.

Um dos exemplos de experiência positiva é a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) formada por diversas organizações brasileiras que desenvolvem projetos de turismo solidário e trocam experiências. Surgiu a partir da iniciativa da Embaixada da França, no Brasil, em 2003, com um programa de cooperação no setor de economia solidária. Atualmente, existem 23 iniciativas, distribuídas por vários estados brasileiros. Em Minas Gerais destacam-se a Associação de Artesãs de Coqueiro do Campo, o Instituto Inhotim, e o Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), no município de Araponga e região.

Entretanto, as dificuldades são muitas e é necessário planejamento, capacitação e assessoria técnica, criar e estruturar uma rede de hospedagem alternativa, reduzir os impactos ambientais negativos da atividade turística, qualificar a mão de obra, organizar entidades comunitárias para a gestão sustentável da atividade turística, e adequar a infraestrutura dos principais atrativos turísticos com demanda efetiva. Para colocar o produto turístico no mercado é preciso formar redes e parcerias entre comunidades locais, proprietários de áreas naturais, empresários turísticos, gestores, órgãos oficiais de turismo/meio ambiente, além de promover as regiões e os serviços por meio do marketing responsável (baseado na ética, legalidade e responsabilidade socioambiental), entre outros aspectos que garantam a atividade turística sustentável.

Cultura e extrativismo são destaques no X Encontro dos Povos, em Chapada Gaúcha

A Feira de Artesanato local e regional apresentou, no X Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, de 7 a 10 de julho, em Chapada Gaúcha, cerca de 40 barracas com artesanato produzido por comunidades locais e de outros municípios de Minas Gerais. Peças de cerâmica, palha de buriti, madeira, frutos do Cerrado e comidas típicas, entre muitos outros produtos, foram expostos e vendidos por mulheres e homens de todas as idades que encontraram no artesanato uma forma de manter viva a tradição regional e, ao mesmo tempo, agregar mais uma atividade à geração de renda familiar.

Contatos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semat)
Tel: (38) 3634.1152
e-mail: turismo@chapadagaucha.mg.gov.br

Secretaria Municipal de Cultura (Semec)
Telefax: (38) 3634.1332
e-mail: semec@chapadagaucha.mg.gov.br
cultura@chapadagaucha.mg.gov.br



Artesã Anadina F. Nascimento (dona Dina)
Caixa Postal 20
39470-000 – Itacarambi (MG)
Tels.: (38) 3613.6052 - 9958.7417
e-mail: anadina_ferreira@hotmail.com

Associação Comunitária Mãe Ana (Acoma) Grupo Mães de Arte
Comunidade Barra do Pequi, S/N
39310-000 – Chapada Gaúcha (MG)
Tels.: 38-36342043, 38-99647508
e-mail: acomamaeana@gmail.com

Central de Núcleos de Produção e Comercialização Organizados em Rede Solidária (Ancorart)
Portal do Desenvolvimento
Fazenda Ipoeira, Rod-MG 202
38680-000 – Arinos (MG)
Tel.: (38) 3635.4121/3678.9182 - 9992.2734
e-mail: sertoaveredas@hotmail.com

Cooperativa Regional de Produtores Agrossilvicultoristas Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas)
Av. Getúlio Vargas, 382, Centro
39314-970 - Chapada Gaúcha (MG)
Tel.: (38) 3634.1462 e 9977.1013
e-mail: coopsertaoveredas@hotmail.com

Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda. (Copabase)
Rod-MG 202, Km 406, Gleba 21 D
Fazenda Mangues
38680-000 – Arinos (MG)
Tel.: (38) 9945.2801 - 9908.7610
e-mail: copabase@gmail.com
Internet: www.copabase.org

Grupo de Artesãos Social do Município de Chapada Gaúcha
39310-000 - Chapada Gaúcha (MG)
Tel.: (38) 9957.9310

Urucuia Grande Sertão Artesanato
Central Veredas - Fazenda Ipoeira
Rod-MG 202
38680-000 – Arinos (MG)
Tel.: (38) 9992.2734 - 9110.0090
e-mail: centralveredas@hotmail.com



Corredor da História

Um dos locais preferidos pelas crianças desde que foi criado no Encontro dos Povos é o Corredor da História, uma exposição que reúne fotografias, documentos antigos e históricos, objetos e informações que contam a história do município de Chapada Gaúcha. A Secretaria Municipal de Educação coordena esse espaço e os estudantes participam com redações e diversos trabalhos escolares produzidos sob a orientação de seus professores.



Inaugurada por extrativistas a Agroindústria de Polpas de Frutas, Doces e Geléias



Bolsa Verde paga mais a quem preservar mais

Um dos programas governamentais que poderão beneficiar o território do Mosaico é o Programa Bolsa Verde, do Estado de Minas Gerais, uma remuneração baseada em concessão de incentivo financeiro aos proprietários de terras e posseiros. Foi instituída pela Lei 17.727, de 13/08/2008, e regulamentada pelo Decreto 45.113, de 05/06/2009, para apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa em Minas Gerais. Os proprietários e posseiros que preservam ou se comprometem a recuperar áreas degradadas com vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses, podem receber o benefício.

Os agricultores familiares e pequenos produtores rurais têm prioridade para solicitar o benefício e podem ser contemplados produtores cujas propriedades estejam localizadas no interior de unidades de conservação (UCs) e sujeitos à desapropriação. O incentivo financeiro é proporcional à dimensão da área preservada, ou seja, recebe mais quem preservar mais até o limite de hectares correspondente a quatro módulos fiscais em seu respectivo município. Os formulários para solicitação estão disponíveis nas unidades do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), escritórios regionais, núcleos operacionais de pesca e biodiversidade e agências especiais.

As duas modalidades previstas no Programa Bolsa Verde são a manutenção e a recuperação da cobertura vegetal nativa: a primeira é uma forma de remuneração (premição) pelos serviços ambientais prestados por proprietários e posseiros rurais; a segunda possibilita o repasse de um montante menor de recursos financeiros e o repasse de insumos para os beneficiados restaurarem, recompor ou recuperarem a área com espécies nativas.

O módulo fiscal é um parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, de acordo com a Lei nº. 8.629, de 25/02/1993. Pequena propriedade (imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais); média propriedade (imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais). Também serve de parâmetro para definir os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais.

Onde saber mais
www.ief.mg.gov.br/bolsaverde
www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf

A Agroindústria de Polpas de Frutas, Doces e Geléias, da Cooperativa Regional de Produtores Agrossilvicultoristas Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas) foi inaugurada durante o X Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha. A produção da agroindústria reúne 21 sabores de polpas de frutas, plantas medicinais, mel de abelha, frutos do Cerrado (pequi, baru, mangaba e araticum), farinha de mandioca, rapadura, balas, além de frutas e verduras. O presidente da cooperativa, José Correia Quintal, conhecido como Zezu (foto à esquerda), disse que, atualmente, 100 cooperados e mais cerca de 100 extrativistas não cooperados levam seus produtos para comercialização por meio da Coop Sertão Veredas. Muito emocionado, ele agradeceu a todos "os parceiros e parceiras de caminhada", ao lembrar as dificuldades do início, nas primeiras reuniões para formação da cooperativa.

A melhoria da renda das famílias é uma realidade, se-

gundo informou Zezu: "Na média, chega a um salário mínimo e meio mensal, ou seja, cerca de R\$ 800,00, de acordo com os períodos de safra dos produtos. Além de vender aqui na região, também mandamos produtos para a Central do Cerrado, em Brasília, que repassa para outras cidades. As escolas do município também estão comprando esses produtos para a merenda escolar". O prefeito de Chapada Gaúcha, José Raimundo Ribeiro Gomes, destacou, durante a inauguração, que os produtores e extrativistas locais tem sido mais valorizados e recebido apoio de várias instituições, entre elas da Fundação Banco do Brasil (FBB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MG), Fundação Pró-Natureza (Funatura), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), Ministério de Minas e Energia (MME), além da prefeitura por meio das secretarias municipais.



Debates e diversão, uma mistura positiva

Enquanto aconteciam os debates sobre questões relacionadas ao tema *10 Anos valorizando o Patrimônio Natural e Cultural do Sertão*, as crianças se divertiam e participavam de várias atividades preparadas especialmente para elas, como a Oficina Perna de Pau e o Circo de Retalho (Grupo Fuzuê). Música e danças, de vários estilos, alegraram o público que participou do Encontro dos Povos, e as noites foram movimentadas com apresentações de grupos culturais, bandas e artistas locais e regionais.



Turistas terão roteiro definido para visitar a gruta e as áreas liberadas



Nascido em Itacarambi, Evandro Pereira da Silva, é engenheiro florestal, possui mestrado na área de ciência florestal e geoprocessamento, e há sete anos é o chefe do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Estudou em São Paulo (SP) e Viçosa (MG), foi aprovado em concurso público e iniciou o trabalho no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), na comunidade de Fabião I,

município de Januária (MG). Nesta entrevista ao **Jornal do Mosaico**, ele falou sobre a abertura do parque à visitação pública.

“**H**á grande expectativa com relação à abertura do parque para visitação, o que pode ser positivo (teremos uma UC implementada que vai beneficiar a região com o turismo) ou negativa (até que ponto os municípios estão preparados para receber o público que visitará o parque?). De acordo com o Plano de Manejo e o Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o ICMbio e o Ministério Público, o parque deve estar em pleno funcionamento até à Copa do Mundo de 2014.

Vamos considerar o roteiro da Gruta do Jamelão, com a visita de 12 pessoas por vez, que é a capacidade de carga, e com um tempo de visita determinado, durante o dia. Funcionando de 8 às 18 horas, teremos 144 visitantes por dia. Dependendo do resultado, o número de visitantes pode aumentar ou diminuir, além de ajustarmos os grupos porque existem ambientes que são bem sensíveis. Precisamos ver como será a condução dos visitantes no interior do parque e a capacitação dos guias da região. É preciso selecionar pessoas com perfil adequado para essa atividade.

Durante a elaboração do plano de manejo, identificamos o grau de instrução dos guias que, apesar da baixa escolaridade, possuem experiência na região e muitos trabalharam como brigadistas de incêndio. Para assimilar determinadas informações, a pessoa deve ter uma instrução mais adequada, mas há grande número de jovens da região que estão em cursos de gestão ambiental, principalmente no Centro Federal de Estudos de Educação Tecnológica (Cefet). Isso indica que a comunidade entende o significado do parque para a região, o potencial de geração de empregos e renda, principalmente, para os jovens que buscam o primeiro emprego.

A principal entrada para visitação do parque é a comunidade do Fabião I, que está na Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu, onde também se concentrará o comércio. Os turistas visitarão a gruta e outras áreas liberadas, ou seja, haverá um roteiro específico. A associação deve pensar nisso e o município também precisa dar um suporte para o trabalho dos guias. Há o risco de investidores de fora comprarem terrenos e montarem empreendimentos, o que poderá modificar as características dessa porta de entrada do parque. Os órgãos públicos municipais devem trabalhar com as comunidades diretamente ligadas ao parque e esclarecer o que pode acontecer no futuro.

Todos pretendem ser pequenos empreendedores, mas esperam, primeiro, o parque abrir. Cabe também à comunidade se organizar para a chegada dos turistas, e entender que a missão do ICMbio é administrar e implementar o parque. A comunidade tem a expectativa de que o ICMbio vai resolver essa questão e não é bem assim. Existem outras esferas que podem ajudá-los. Claro que o parque e o ICMbio trabalham em busca de parceiros para tentar implementar os projetos. O parque não está aberto à visitação porque estamos embasados na legislação. As entradas para pesquisas são cadastradas, os pesquisadores seguem um cronograma e são autorizados a realizar seus trabalhos. A lei permite trabalhos educativos e as escolas da região solicitam palestras em sala de aula e, em seguida, os alunos visitam o parque. Todas as autorizações são cadastradas, monitoradas e fiscalizadas.”



Comunidades do Fabião I e II, na APA do Peruaçu, criaram viveiro e pousadas familiares



As comunidades das localidades Fabião I e II - Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Cavernas do Peruaçu - estão se preparando, há mais de cinco anos, para receber os visitantes que chegarão com a abertura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Uma das iniciativas foi a criação da Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu, que desenvolve o projeto Pousada Familiar. Cerca de 20 famílias foram capacitadas pelo Sebrae-MG e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e podem receber até cinco pessoas em cada residência, por vez, com hospedagem e refeições.

“Fizemos a capacitação e viajamos para Diamantina (MG) e algumas cidades do Espírito Santo para conhecer como

funcionam outras pousadas familiares. No momento, estamos recebendo pesquisadores e estudantes, e nos preparando para o turismo ecocultural”, informou um dos integrantes da associação, Ademir Nunes Vassalo (Miquinha). Ele disse que a associação implantou um viveiro florestal que produziu, até dezembro de 2010, mais 20 mil mudas distribuídas nas comunidades da APA para repor a vegetação onde as nascentes secaram, em áreas degradadas no parque. Esse projeto foi aprovado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) que apoiou a produção de mudas de aroeira, jatobá, cedro e outras madeiras de lei. “O plantio de mudas é um trabalho voluntário dos agricultores, e o principal foco do viveiro é trabalhar em recuperação de áreas degradadas”.

Uma das fundadoras da associação, Elaine Correia Silva (bióloga e pós-graduada em gestão ambiental), informou que a entidade está com cerca de 50 membros, pessoas interessadas em projetos na área ambiental e o trabalho abrange mais de 100 famílias. “Em 2009, reforestamos uma área no interior do parque, no Janelão, uma das cavernas mais famosas e, no momento, estamos trabalhando em um projeto na Vila Florentina. Onde havia assoreamento e áreas degradadas foi realizado o plantio da mata ciliar. As mudas estão se desenvolvendo e o projeto continuará se expandindo para outras áreas”. A bióloga, que nasceu na região, estudou fora e retornou para realizar esse trabalho voluntário com a proteção de unidades de conservação (UCs).

Elaine Correia Silva acrescentou que “recentemente foi realizado um trabalho com apoio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), resultado da compensação ambiental destinada à associação, um passo importante, pois a maioria das compensações nunca chega”. A associação solicitou e recebeu uma compensação em forma de curso de capacitação sobre arborização, utilização de viveiro, produção de mudas, entre outras atividades. “Alcançamos a meta de produção de 20 mil mudas por ano, em 2010, e estamos trabalhando para superá-la em 2011.”

**Associação dos Agentes Ambientais
do Vale do Peruaçu
Posto de Correios de Comunidades Fabião I, S/N
39480-970 - Januária (MG)
Tels.: (38) 3632.1057 e 9912.8063**

**Associação das Pousadas Familiares
Rod. BR-135, no. 532, Comunidade Fabião II
39470-000 - Itacarambi (MG)
Tel.: (38) 3613.6012**